



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

META-AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O SINAES À LUZ DOS INDICADORES DO JCSEE

RODRIGO SERPA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

serparg@hotmail.com

PEDRO ANTÔNIO DE MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

pedro.inpeau@gmail.com

Resumo

A meta-avaliação é uma maneira de assegurar e comprovar a qualidade da avaliação por meio do acompanhamento, da revisão e do aperfeiçoamento do processo avaliativo. O objetivo geral desta pesquisa é Meta-avaliar o Processo de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, promovido pelo SINAES, no período de 2004 à 2014. A motivação se deu em virtude do atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ter completado uma década de vigência, o que justifica a necessidade e a importância de se realizar uma meta-avaliação. De um total de 158 Universidades, 66 fizeram parte da amostra desta pesquisa, sendo 25 Públicas e 41 Privadas. Os resultados indicaram que as Universidades Privadas foram melhores avaliadas em quase todas as Dimensões Institucionais, além de não terem obtido média conceitual abaixo do nível satisfatório de qualidade em nenhuma Dimensão. Apenas na Dimensão 2 – Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão, e na Dimensão 5 – Políticas de Pessoal, as Univesridades Públicas tiveram um desempenho melhor; por outro lado, obtiveram média conceitual insatisfatória na Dimensão 1 – Missão e PDI e na Dimensão 8 – Planejamento e Auto-avaliação. Por fim, para o julgamento do mérito e do valor do Processo de Avaliação Institucional do SINAES, utilizaram-se os Padrões de Avaliação do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, os quais indicaram que, em geral, o Processo atende aos requisitos para os quais foi destinado e satisfaz as necessidades dos *stakeholders*.

Palavras-chave: Meta-avaliação. Processo de Avaliação Institucional. SINAES. Dimensões Institucionais.

1 Introdução

O crescente aumento do interesse pelos resultados obtidos a partir de projetos, programas e serviços, desenvolvidos nos campos social, empresarial, da educação e da saúde, no âmbito público e privado, dirigidos a diferentes segmentos da sociedade, traz, em consequência, a realização de avaliações que intencionam revelar se o nível de qualidade almejado foi alcançado.

Por meio da avaliação é possível saber se os objetivos traçados foram atingidos de forma parcial ou integral, se as ações realizadas e os serviços prestados promoveram resultados satisfatórios às demandas dos envolvidos ou beneficiados; enfim, se o objeto avaliado revelou seu mérito e seu valor (SCRIVEN, 1991). Em outras palavras, busca-se saber se o objeto avaliado atende aos critérios estabelecidos pelos avaliadores, ou ainda, sugeridos pelos interessados nos resultados da avaliação (ELLIOT, 2011).

Luckesi (2010) define a avaliação como um julgamento de valor sobre a realidade, tendo em vista uma tomada de decisão. O julgamento de valor refere-se a uma afirmação qualitativa, a partir de critérios pré-estabelecidos, sendo a realidade delimitada pelo nível de qualidade efetivamente esperada.

Quando se trata de avaliar instituições, a avaliação torna-se mais complexa, devendo ser sistemática e necessariamente abranger todas as dimensões institucionais. Nessa perspectiva, Belloni (2003, p. 15) entende a avaliação como “um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento”. Para a autora, a avaliação institucional deve acontecer de modo global, onde processos, ações e resultados são analisados de forma histórica e socialmente contextualizada. Sendo assim, envolve múltiplas observações e a utilização de instrumentos e critérios coerentes com o objeto examinado ao longo do processo, levando em conta suas características e particularidades.

Portanto, à luz dessas considerações e conceitos, devemos compreender a avaliação institucional não como um instrumento que tem um fim em si mesmo, mas como um processo que tem por objetivo contribuir para a elevação do nível de qualidade da educação superior.

1.1 Considerações sobre Meta-avaliação

Ao considerarmos a avaliação como um processo que favorece a tomada de decisão, e, especificamente no caso da avaliação institucional, com o intuito de assegurar o nível de qualidade desejado para a educação superior, entendemos a necessidade de uma reavaliação contínua desse processo. Nesse sentido, Gimenes (2007, p. 227) corrobora: “os diferentes processos avaliativos não se encerram nas conclusões de seus relatórios ou nas ações realizadas a partir de seus resultados”. Assim, a meta-avaliação pode contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento das políticas e ações institucionais por meio de um acompanhamento e de uma revisão permanente e sistemática do objeto avaliado.

Meta-avaliação foi definida por Scriven (1991), como sendo a avaliação de uma avaliação. Na realidade, é a verificação do nível de qualidade da própria avaliação à luz de diversos critérios. Segundo Cotera e Matamoros (2011), a meta-avaliação avalia o nível de qualidade com que se desenvolveu o processo de avaliação e a suficiência do sistema de avaliação. Num primeiro nível, determina forças e fraquezas que não foram detectadas pela avaliação primária. Num segundo nível, ratifica ou não os princípios em que se inspira a política avaliativa: a pertinência, a justiça e o caráter participativo da avaliação.

Os procedimentos apropriados para a realização de meta-avaliações podem variar de acordo com o tipo da avaliação realizada e das possibilidades para a sua execução. Talvez o

marco de referência conceitual mais conhecido seja o produzido pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*. Essa obra, referência na área, desde 1975, oferece padrões não só para a elaboração e execução de avaliações, como também para a realização de meta-avaliações. Em 2011, o *Joint Committee* apresentou a 3ª edição dos Padrões de Avaliação Educacional ou *Standards for Educational Evaluation*, contemplando 5 (cinco) atributos, a saber: utilidade, viabilidade, adequação, precisão e responsabilização (JCSEE, 2011).

Os *standards* são fruto de intensos debates de representantes da comunidade científica norte-americana e surgiram da necessidade dos profissionais atuantes no campo da avaliação definir parâmetros orientadores tanto para a conduta dos avaliadores como para a definição dos procedimentos metodológicos. De acordo com o *Joint Committee* (JCSEE, 2011, p. xxii), os Padrões de Avaliação “identificam e definem a qualidade da avaliação e guiam os avaliadores e usuários a perseguir essa qualidade”. Sendo assim, entende-se que podem ser utilizados como referência para a aferição do mérito e do valor do objeto deste estudo, pois constituem-se, ao mesmo tempo, em um corpo de conceitos que definem a qualidade em uma avaliação, como também em uma ferramenta estruturada que possibilita verificar os atributos de um processo avaliativo.

A seguir, será apresentada uma breve definição dos Padrões de Avaliação que irão subsidiar esta pesquisa para o julgamento do mérito e do valor do Processo de Avaliação Institucional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Os padrões de utilidade transparecem a preocupação com as necessidades de informação dos usuários, interessados na avaliação. É necessário que os resultados sejam úteis a quem encomendou a avaliação; caso contrário, a avaliação não se justifica, pois não serviu aos *stakeholders*.

Os padrões de viabilidade se relacionam com a dimensão política da avaliação, a praticidade dos procedimentos, os custos e os recursos disponíveis. São voltados para procedimentos que assegurem que a avaliação seja prática e gerenciada de modo efetivo.

Os padrões de adequação pretendem assegurar que a avaliação seja desenvolvida de modo adequado, respeitando aspectos morais, éticos e legais. Esses padrões são relativos ao bem-estar das pessoas envolvidas na avaliação ou que possam ser afetadas pelos resultados.

Os padrões de precisão buscam garantir que a informação produzida pela técnica da avaliação seja exata e confiável, em outras palavras, que a informação seja válida e fidedigna.

Os padrões de responsabilização encontram apoio nos padrões anteriores, de utilidade, viabilidade, adequação e precisão. Tratam da documentação da avaliação como comprovação de cada etapa realizada; da meta-avaliação, tanto interna – como forma de investigar e prestar contas do desenvolvimento durante o processo de realização, quanto externa – como atestado de qualidade da avaliação por outros avaliadores (JCSEE, 2011).

A aplicação dos padrões irá julgar a avaliação e o meta-avaliador fará perguntas como: “O objeto avaliado merece crédito? O objeto avaliado pode seguir sendo utilizado como está ou necessita de alguma modificação? É preciso de mais informações antes que o objeto avaliado possa ser julgado?” (JCSEE, 1994, p. 12).

Cabe salientar que, por definição, a meta-avaliação que ocorre após o término da avaliação, é caracterizada dentro de uma abordagem somativa, ou seja, depois que todo o processo avaliativo já ocorreu (DIAS SOBRINHO, 2003). Nesse tipo de abordagem, o meta-avaliador lida com relatórios prontos e pode também utilizar bancos de dados coletados, documentação analisada, registros feitos e depoimentos obtidos; enfim, todo o material disponível que retrate a avaliação desenvolvida.

A avaliação de natureza formativa, por sua vez, é aquela que ocorre durante o processo avaliativo, por meio de um acompanhamento contínuo e sistemático, possibilitando

revisão e aperfeiçoamento do método e dos instrumentos em tempo real, assim como identificação dos problemas e utilização dos resultados.

No caso da meta-avaliação somativa, que focaliza a avaliação já concluída e seus relatórios, “o avaliador deseja saber o que foi feito na avaliação, o que não foi, como também o impacto da avaliação” (JCSEE, 1994, p. 11). Para tanto, o meta-avaliador poderá precisar julgar toda a avaliação realizada por meio de documentos e/ou relatórios e também buscar outras informações suplementares com os participantes ou envolvidos no processo avaliativo.

2 Fundamentação Teórica

A expansão da educação superior, sobretudo a partir da década de 90, com a criação de milhares de instituições de caráter privado (BARREYRO, 2006), colocou em evidência a qualidade do ensino, a função e o papel das Instituições, tornando-se oportuno e necessário uma análise das mesmas, dado o seu relevante papel no desenvolvimento do País.

A avaliação, uma vez reconhecida pela sua relevância como instrumento de apoio à gestão, passou a ser institucionalizada nas Universidades Brasileiras, transferindo a discussão inicial a respeito da necessidade de sua realização, para a discussão de como executá-la, ou melhor, sobre qual seria a metodologia que melhor retratasse o desempenho das Universidades na promoção do desenvolvimento social, cultural, político, econômico e tecnológico do País (FREITAS; SILVEIRA, 1997). Das propostas iniciais até aos dias de hoje, o assunto ganhou profundidade, ampliou-se o número de especialistas no tema, e a avaliação tornou-se um instrumento necessário para o processo sistemático de análise, acompanhamento e orientação das atividades desenvolvidas.

A mais antiga experiência brasileira de avaliação da educação superior é a dos cursos e programas de pós-graduação, desenvolvida desde 1976 pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Já, as primeiras iniciativas de avaliação dos cursos de graduação no País tiveram início nos anos 80, até se constituírem como pilar principal da agenda política educacional nos anos 90 (PEIXOTO, 2011).

Os anos de 1993 e 1994 foram históricos no tocante à avaliação, visto que nesse biênio foram criadas propostas concretas. Sob a coordenação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), diversas Instituições elaboram um projeto de interesse do Ministério da Educação (MEC), denominado Programa Nacional de Avaliação. No ano de 1993, ocorreu a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e a adoção do Documento Básico de Avaliação das Universidades. Em 1994, iniciou o processo de avaliação do PAIUB, estabelecendo uma nova forma de relacionamento com o conhecimento e a formação, fixando um diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade (BARREYRO, 2006).

Em 1995, por meio da Lei nº 9.131, deu-se o fim do apoio efetivo ao PAIUB e a criação, pelo MEC, de um novo mecanismo de avaliação: o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como Provão, realizado por concluintes de cursos de graduação. Essa fase marcou o início da crescente ampliação do poder regulador federal para o controle das atividades de ensino superior. Os resultados do Provão foram amplamente divulgados na mídia impressa e televisiva, funcionando como instrumento de classificação das Instituições de Ensino Superior e de estímulo à concorrência entre elas (BRASIL, 2009).

A implantação do Provão foi alvo de discussões e conflitos: imposto pelo MEC sem consulta e sem discussão pública, foi recebido com resistência e frequentemente boicotado pelos estudantes, que eram obrigados a realizá-lo pois caso contrário não obtinham o diploma. Porém, ainda que contestado, paulatinamente foi assegurando sua hegemonia, fazendo com que a complexidade da avaliação da educação superior passasse a se identificar com um único instrumento – o Exame (DIAS SOBRINHO, 2010).

Para Dias Sobrinho (2010) a prática do Provão produziu efeitos importantes na modelagem do sistema de educação superior. Segundo o autor, um exame nacional repetido durante alguns anos, principalmente quando destinado a produzir fortes efeitos regulatórios, tem influência direta na organização acadêmica dos cursos e na reordenação dos currículos, induzindo ações administrativas e práticas pedagógicas mais preocupadas em obter um bom posicionamento no *ranking* do que com a formação plena do aluno. Nesse sentido, com o intuito de obter vantagem comparativa e competitiva em relação a outras IES, muitas delas se dedicaram a preparar o aluno para o Exame. Mas, apesar de muitos equívocos conceituais, técnicos e políticos, o Provão teve o mérito de colocar a avaliação na agenda da educação superior e da própria sociedade brasileira (DIAS SOBRINHO, 2010).

Em 2003, uma proposta de avaliação foi apresentada pela Comissão Especial de Avaliação (CEA). O documento possuía o seguinte subtítulo: “Bases para uma proposta de avaliação da educação superior” e nele estava a idéia de que não era uma proposta pronta, acabada, mas a base para a construção do sistema que temos hoje, o SINAES (CEA, 2003).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), formulado pelo CEA, foi resultado de amplo debate no MEC, no fórum de reitores e pró-reitores, nos sindicatos, nas sociedades científicas, na mídia, na academia, no parlamento e na sociedade em geral, surgindo daí contribuições significativas (BRASIL, 2009). As consultas e audiências públicas resultaram em tensões entre os defensores de paradigmas conflitantes: avaliação emancipatória e formativa *versus* avaliação de resultados e de controle externo. Segundo Silva e Gomes (2011), esse momento foi o reflexo das disputas entre modelos de avaliação implementados na década de 90 – PAIUB e ENC.

Em 14 de abril de 2004, a Lei nº 10.861 institui o SINAES, o qual no artigo 1º (§1º) destaca como finalidade a melhoria da qualidade da educação superior por meio da: integração, participação, promoção de valores democráticos, respeito à diversidade, busca da autonomia, afirmação da identidade e dimensão formativa (BRASIL, 2004a). O SINAES apresenta uma concepção de avaliação que se constitui em instrumento de política educacional, voltada para a construção e consolidação da qualidade, da participação e da ética na educação superior, respeitando às diferentes identidades institucionais e regionais.

A proposta do SINAES imprime coerência em um conjunto de pressupostos e premissas que lhe serve de fundamentação conceitual e política. Os princípios, segundo o SINAES (BRASIL, 2009), que norteiam o atual sistema de avaliação são: educação como um direito social e dever do Estado; reconhecimento dos valores sociais historicamente determinados; aspectos da regulação e controle; preocupação com a prática social e com objetivos educativos; respeito à identidade e às diversidades institucionais; visão e preservação da globalidade; importância da legitimidade; e, continuidade do processo.

O SINAES incorporou grande parte dos princípios e diretrizes do PAIUB, entre eles, o compromisso formativo da avaliação, a globalidade, a integração orgânica da auto-avaliação com a avaliação externa, a continuidade, a participação ativa da comunidade acadêmica, o respeito à identidade institucional e o reconhecimento da diversidade do sistema (RISTOFF, 2011, p. 88).

Para Dias Sobrinho (2010, p. 210), “na concepção original do SINAES, a educação transcende o desempenho estudantil em provas estáticas, como era o caso do Provão, buscando significados amplos da formação humana integral e pondo em questão a responsabilidade social da IES.” Segundo o autor, o SINAES pretende operar com outro paradigma de avaliação onde o foco central está na instituição como um todo, recuperando o conceito mais complexo da educação superior, cuja finalidade essencial é a formação de cidadãos com capacidade de reflexão crítica e cuja referência central é a sociedade.

Nessa perspectiva, onde a referência é a sociedade, ainda que na prática os princípios mercadológicos baseados na filosofia econômica do neoliberalismo, tais como individualismo e competitividade, estejam fortemente presentes, a educação deixa de ser concebida como mercadoria e o objeto de sua avaliação vai muito além da capacitação para o mercado de trabalho. O objetivo principal da educação superior passa a ser o cumprimento do mandato social, no que se refere à formação de cidadãos dotados de qualidades ético-políticas e de competências profissionais demandadas pela sociedade. Sendo assim, “o foco central da avaliação da educação superior é “jogar luz” sobre o trabalho de formação de sujeitos e da produção e socialização de conhecimentos de cada IES, tendo em vista o avanço da ciência, da democracia e da sociedade” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 209).

Dessa forma, opondo-se a perspectiva meramente reguladora, controladora e articulada com os princípios mercadológicos, o SINAES abriu espaço para uma avaliação formativa, propôs uma avaliação emancipatória, comprometida com o desenvolvimento autônomo das instituições, no sentido de efetivar mecanismos e processos que garantissem a promoção do ser humano na constituição de uma sociedade mais justa e democrática.

A sistemática de avaliação estabelecida pelo SINAES é baseada em três processos:

1. Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)
2. Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)
3. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)

Estes processos, na perspectiva de constituírem um Sistema, estão ligados e articulados entre si. Buscam captar indicadores de qualidade, em distintos níveis e enfoques, cujos resultados são analisados de modo sistemático e integrado, oferecendo elementos fundamentais para a avaliação das instituições e do sistema de educação superior.

Como elemento central e integrador desse conjunto tem-se a Avaliação Institucional, cujo foco principal do processo avaliativo são as Instituições de Educação Superior. A avaliação desse processo é pautada em três aspectos (BRASIL, 2009):

- a) o objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma IES;
- b) os sujeitos da avaliação são o conjunto de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa; e,
- c) os processos avaliativos, interno e externo, são realizados em perfeita sintonia, seguindo os procedimentos e instrumentos de avaliação institucional.

3 Procedimentos Metodológicos

A operacionalização dos objetivos desta pesquisa foi realizada por meio de um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido em duas etapas. A primeira se constituiu de uma pesquisa teórica e a segunda de uma pesquisa empírica.

A pesquisa teórica caracteriza-se, pelos seus objetivos, como exploratória e descritiva e teve a finalidade de construir o quadro teórico-conceitual deste estudo. Pelos seus procedimentos, é uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa empírica caracteriza-se, pelos seus objetivos, como avaliativa e, pelos seus procedimentos, como documental, com delineamento analítico-interpretativo baseado em análise de conteúdo, visto que realizou uma contextualização da realidade e uma descrição detalhada do objeto de estudo.

3.1 Categorias Analíticas

- Níveis de Qualidade: refere-se ao conceito atribuído ao conjunto de indicadores e/ou dimensões, quantificado numa escala de 1 (um) a 5 (cinco), obtido por meio da observância e do atendimento dos níveis de qualidade desejados para cada critério avaliado,

expressando algum aspecto da realidade observada, medida, qualificada e analisada (BRASIL, 2009). Operacionalmente, essa categoria será verificada por meio dos conceitos atribuídos às Dimensões Institucionais que, em conjunto, resultam no Conceito Institucional.

- **Dimensões Institucionais:** são agrupamentos de grandes traços ou características referentes aos aspectos institucionais sobre os quais se emite julgamento e que, em seu conjunto, expressam a totalidade da instituição (BRASIL, 2009). Operacionalmente, essa categoria analítica será verificada por meio da análise das dez Dimensões Institucionais do SINAES, considerando o peso e hierarquia de cada dimensão, e os conceitos atribuídos.

- **Mérito e Valor:** o mérito representa a medida em que o objeto avaliado atende aos critérios pré-estabelecidos; e, o valor representa a extensão em que o objeto avaliado satisfaz as necessidades dos *stakeholders* (SCRIVEN, 1991). Operacionalmente, esta categoria analítica será verificada considerando-se os Padrões de Avaliação do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, ou seja, o conjunto de atributos que expressam algum aspecto ou característica que serve de base para a apreciação ou julgamento do Processo de Avaliação Institucional do SINAES.

3.2 Configurando o Campo

3.2.1 Por Organização Acadêmica

Tabela 1 - Quantitativo de IES no Brasil por Organização Acadêmica

Tipo de IES	Nº IES	%
Faculdade	2272	85%
Centro Universitário	182	7%
Universidade	197	8%
Total	2651	100%

Fonte: e-MEC, consultado em 14.04.2014 (BRASIL, 2014).

Das 2651 (duas mil seiscentos e cinquenta e uma) Instituições de Ensino Superior que constavam no Sistema e-MEC (BRASIL, 2014), 2272 (duas mil duzentos e setenta e duas) estavam classificadas como Faculdades, 182 (cento e oitenta e duas) como Centros Universitários e 197 (cento e noventa e sete) como Universidades, correspondendo a 8% do total de IES. Considerando que este trabalho irá analisar o Processo de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, a seguir a classificação destas por Categoria Administrativa.

3.2.2 Por Categoria Administrativa

Tabela 2 - Quantitativo de Universidades no Brasil por Categoria Administrativa

Tipo de Universidade	Nº IES	%
Pública Federal	63	32%
Pública Estadual	38	19%
Pública Municipal	1	1%
Privadas sem fins lucrativos	64	33%
Privadas com fins lucrativos	21	10%
Privada Especial	10	5%
Total	197	100%

Fonte: e-MEC, consultado em 14.04.2014 (BRASIL, 2014).

Cabe salientar que o Sistema Federal de Ensino Superior compreende todas as Instituições Públicas Federais e Privadas com ou sem fins lucrativos, estando, portanto, as IES Públicas Estaduais ou Municipais isentas da avaliação imposta pelo SINAES, sendo conduzida pelos respectivos Conselhos de Educação.

Sendo assim, a população deste estudo constitui-se das 63 (sessenta e três) Universidades Públicas Federais e das 95 (noventa e cinco) Universidades Privadas, totalizando 158 (cento e cinquenta e oito) IES, o que corresponde a 80% das Universidades Brasileiras, as quais compõem o Sistema Federal de Ensino Superior.

A amostra desta pesquisa foi composta pelas Universidades que finalizaram o seu Processo de Avaliação Institucional e tiveram a sua Portaria de Recredenciamento publicada no Diário Oficial da União até o dia 14/04/2014 (data em que a Lei do SINAES completou 10 anos, e que foi utilizada como limite para a coleta dos dados deste estudo). Na data referida, 25 (vinte e cinco) Universidades Públicas Federais e 41 (quarenta e uma) Universidades Privadas encontravam-se na situação acima descrita, totalizando 66 (sessenta e seis) Universidades Brasileiras.

3.3 Dados: fonte, coleta e tratamento

Os dados de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações. Englobam todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica (MARKONI; LAKATOS, 2007). A fonte dos dados primários desta pesquisa foram os Relatórios de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, durante o período de 2004 à 2014. Para a verificação desses dados foi utilizada a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979), é uma técnica de verificação de comunicações que contém informações sobre o objeto que está sendo investigado, atestado por uma fonte documental.

A fonte dos dados secundários compreende o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas ou imprensa escrita (MARCONI; LAKATOS, 2007). Nesta pesquisa, reportam-se à doutrina e ao conjunto de leis, regimentos e documentos, incluindo os instrumentos de avaliação institucional do SINAES. A análise documental consiste em “uma operação ou um conjunto de operações visando a representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (BARDIN, 1979, p. 45).

3.4.1 Operacionalização da Pesquisa

A consulta foi realizada no *site* do Ministério da Educação (MEC), pelo acesso dos *links* Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES). A busca foi feita nos Relatórios do CNE/CES, no período de 2004 à 2014, por meio das seguintes palavras chaves: “credenciamento + universidade” e “recredenciamento + universidade”, tendo em vista que o “credenciamento” e o “recredenciamento” são os dois produtos oriundos da Avaliação Institucional e a Universidade foi o tipo de IES escolhida para fazer parte desta pesquisa.

4 Análise dos Resultados

Os Quadros 5 e 6 mostram os resultados da Avaliação Institucional, por IES e por dimensão, sendo o Conceito Institucional obtido por meio da média ponderada dos conceitos atribuído às dimensões, visto que, para efeito de avaliação, as Dimensões Institucionais possuem pesos distintos. Esta é a forma de avaliação utilizada pelo SINAES, pautada na hierarquia das dimensões, construída em virtude dos seus respectivos pesos. A disposição das IES está assim apresentada para facilitar a visualização e a análise comparativa que o SINAES proporciona, não tendo, pois, interesse na classificação e tampouco no *ranqueamento* das IES.

Quadro 1 - Avaliação Institucional das Universidades Públicas. Conceito Institucional definido pela média ponderada, cfe. avaliação do SINAES

Pesos	0,5	3,5	0,5	0,5	2,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5		
IES	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	C*P	CI
UFRJ	3	5	4	5	5	5	5	2	4	5	4,65	5
UFF	3	5	5	4	5	3	5	2	5	5	4,60	5
UFRN	5	5	5	5	4	5	4	4	4	4	4,55	5
UFU	4	5	4	5	5	3	3	3	4	4	4,40	4
UFV	1	5	5	2	5	4	5	2	3	4	4,30	4
UFSC	3	5	5	4	3	4	5	5	3	4	4,25	4
UTFPR	4	4	5	4	4	5	4	4	4	4	4,10	4
UFPE	4	4	5	3	4	4	3	4	5	5	4,00	4
UFRRJ	4	5	4	3	4	4	2	3	4	3	4,00	4
UFSCAR	4	4	4	2	4	4	4	2	4	4	3,80	4
UFMG	3	4	4	3	4	3	4	3	3	2	3,65	4
UFRPE	3	4	3	4	3	3	4	3	3	4	3,55	4
UFJF	3	4	4	3	3	3	4	2	4	4	3,55	4
UFBA	3	4	4	3	4	3	2	2	3	3	3,45	3
UFAM	3	3	4	2	4	4	2	4	4	4	3,30	3
UFPI	2	3	4	2	4	3	4	2	4	4	3,30	3
FURG	3	4	3	2	3	3	3	3	2	3	3,25	3
UFSM	2	3	4	2	4	4	3	2	4	4	3,25	3
UFES	2	4	4	3	3	3	3	1	2	4	3,25	3
UFGD	3	3	4	3	3	3	3	3	3	4	3,10	3
UFS	3	3	3	2	4	3	3	3	2	3	3,10	3
UFMT	3	3	4	3	3	4	3	3	3	2	3,05	3
UFTM	2	3	4	2	4	2	2	2	3	4	3,00	3
UFMS	2	3	2	3	4	3	2	3	2	2	2,90	3
UFMG	2	3	3	2	3	3	2	3	2	2	2,70	3
	2,96	3,92	4,00	3,04	3,84	3,52	3,36	2,80	3,36	3,64		

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos Relatórios do CNE/CES

Quadro 2 - Avaliação Institucional das Universidades Privadas. Conceitos Institucionais definidos pela média ponderada, cfe. avaliação do SINAES

Pesos	0,5	3,5	0,5	0,5	2,0	0,5	1,0	0,5	0,5	0,5		
	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	C*P	CI
UNISC	5	5	5	5	5	5	5	5	4	5	4,95	5
UNICSUL	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	4,95	5
PUC-RJ	5	5	5	5	5	5	5	4	4	5	4,90	5
PUC-PR	4	5	5	5	4	5	5	4	4	5	4,65	5
MACKENZIE	4	5	5	4	4	4	4	4	5	5	4,50	5
PUC-SP	4	5	5	4	4	5	3	4	4	3	4,30	4
UVA	4	4	5	4	5	3	3	4	3	5	4,10	4
USF	4	4	4	3	4	5	4	4	5	5	4,10	4
UNISINOS	4	4	5	4	4	3	5	4	4	3	4,05	4
PUC-MG	5	4	5	5	3	4	5	4	4	4	4,05	4
UNIFENAS	3	3	4	4	5	4	5	3	5	5	3,95	4
UNISANTA	4	4	4	4	4	3	4	3	3	5	3,90	4
UPF	4	4	4	5	3	4	5	4	3	3	3,85	4
UMC	4	4	4	3	4	3	4	3	4	3	3,80	4
UCB	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4	3,80	4
PUC-RS	3	3	4	4	5	3	5	4	3	4	3,80	4
UNICAP	4	4	4	3	3	4	4	4	4	3	3,70	4
PUC-GO	4	4	5	4	3	3	4	3	3	3	3,65	4
UNIFRAN	3	4	3	3	3	3	4	4	4	4	3,60	4
UNIJUI	3	4	4	3	4	3	3	3	3	3	3,60	4
UMESP	3	4	4	3	3	3	4	4	4	3	3,60	4
UNISO	3	4	4	4	3	3	4	4	2	3	3,55	4
UNICASTELO	4	3	4	3	4	3	4	4	3	4	3,50	4
URI	5	3	5	5	2	4	4	5	4	5	3,50	4
UCP	3	4	4	3	3	3	3	4	3	3	3,45	3
PUC-CAMPINAS	3	4	3	4	2	4	4	4	3	4	3,45	3
UNIMEP	3	3	3	3	3	4	5	3	4	3	3,30	3
UNESA	3	3	3	4	3	4	4	4	3	4	3,30	3
UNIT	4	3	5	4	2	4	4	4	4	4	3,30	3
UNISA	3	3	5	3	3	3	4	3	3	3	3,20	3
UCSAL	3	3	4	3	4	3	3	3	2	3	3,20	3
UNICRUZ	3	2	4	4	4	3	4	4	4	4	3,20	3
UAM	3	3	3	3	3	3	4	3	3	3	3,10	3
UNIPAR	3	3	4	3	3	3	3	3	3	3	3,05	3
UNIVALE	3	3	5	3	2	3	4	3	4	3	3,05	3
UCDB	3	3	4	4	2	3	4	3	3	3	3,00	3
UNIC	3	3	4	4	2	3	3	3	4	4	3,00	3
UNP	4	2	3	4	3	4	3	4	3	5	2,95	3
USC	3	2	4	3	3	3	4	3	3	4	2,85	3
UNIVAS	3	2	4	3	3	3	3	3	3	3	2,70	3
UNIGRANRIO	2	2	3	3	3	3	2	3	3	3	2,50	3
	3,59	3,56	4,17	3,73	3,41	3,59	3,98	3,68	3,56	3,80		

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos Relatórios do CNE/CES

A análise se dará com base nos conceitos atribuídos às Dimensões Institucionais, extraídos dos Relatórios de Avaliação Institucional, o que resulta no Conceito Institucional. No tocante às avaliações realizadas, serão analisados o desempenho das Universidades e o desempenho das dimensões de forma comparativa entre as Universidades Públicas e as Universidades Privadas. Por fim, será julgado o mérito e o valor do Processo de Avaliação Institucional do SINAES com base nos Padrões de Avaliação do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*.

4.1 Por IES

As Universidades Públicas destacadas em verde (UFRN, UFU, UFSC, UTFPR, UFPE, UFRPE e UFGD) não obtiveram, na avaliação, conceito em nenhuma Dimensão Institucional. Essas IES representam 28% das IES Públicas analisadas, ou seja, 7 (sete) das 25 (vinte e cinco). Se não fosse o arredondamento do conceito final, a UFMS e a UFCG não atingiriam o Conceito Institucional = 3, pois obtiveram 2,90 e 2,70, respectivamente, na média ponderada das Dimensões Institucionais

Devido aos diferentes pesos das Dimensões Institucionais, houve casos de IES Públicas que obtiveram conceito 1 em alguma dimensão (que representa um nível de qualidade muito aquém do satisfatório) e conceito 2 em outras dimensões (que representa um nível de qualidade aquém do satisfatório), e, ainda assim, obtiveram Conceito Institucional = 3 ou 4. Este é o caso da UFV, que obteve conceito 1 na Dimensão 1 e conceito 2 na Dimensão 4 e na Dimensão 8, e, ainda assim, Conceito Institucional = 4; e, também, da UFES, que obteve conceito 1 na Dimensão 8 e conceito 2 na Dimensão 1 e na Dimensão 9, e, ainda assim, Conceito Institucional = 3 (Quadro 15).

As Universidades Privadas destacadas em verde (UNISC, UNICSUL, PUC-RJ, PUC-PR, MACKENZIE, PUC-SP, UVA, UFS, UNISINOS, PUC-MG, UNIFENAS, UNISANTA, UPF, UMC, UCB, PUC-RS, UNICAP, PUC-GO, UNIFRAN, UNIJUI, UMESP, UNICASTELO, UCP, UNIMEP, UNESA, UNISA, UAM, UNIPAR) não obtiveram, na avaliação, conceito insatisfatório em nenhuma Dimensão Institucional. Essas IES representam 69% das IES Privadas, ou seja, 28 (vinte e oito) das 41 (quarenta e uma). Se não fosse o arredondamento do conceito final, a UNP, USC, UNIVAS e UNIGRANRIO não atingiriam o nível satisfatório de qualidade, pois obtiveram 2,95, 2,85, 2,70 e 2,50, respectivamente, na média ponderada das Dimensões Institucionais.

A tabela 4 apresenta a relação entre o percentual de Universidades Públicas e Privadas e o número de Dimensões Institucionais avaliadas com conceito insatisfatório.

Tabela 3 - % de Universidades *versus* quantidade de Dimensões Institucionais com conceito insatisfatório

Quant. Dimensões	0	1	2	3	5	Total
% Universidades Públicas	28%	24%	20%	16%	12%	100%
% Universidades Privadas	69%	29%	-	2%	-	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Percebe-se que nas Universidades Privadas a quantidade de Dimensões Institucionais avaliadas com conceito insatisfatório é bem inferior ao das Universidades Públicas. Enquanto 69% das IES Privadas não obtiveram conceito insatisfatório em nenhuma dimensão, nas Públicas esse percentual cai para 28%. E ainda, 29% das Universidades Privadas obtiveram conceito insatisfatório em apenas 1 (uma) Dimensão Institucional, e nenhuma obteve conceito insatisfatório em mais do que 3 (três) dimensões; realidade bem diferente se comparada as Universidades Públicas, em que 12% obtiveram conceito insatisfatório em 5 (cinco) Dimensões Institucionais, por exemplo.

4.2 Por Dimensão Institucional

A Tabela 5 apresenta uma comparação entre as médias das Dimensões Institucionais das Universidades Públicas e das Universidades Privadas:

Tabela 5 - Média das Dimensões Institucionais das Universidades Públicas e Privadas

Média das Dimensões	Públicas	< >	Privadas
Dimensão 1	2,96	<	3,59
Dimensão 2	3,92	>	3,56
Dimensão 3	4,00	<	4,17
Dimensão 4	3,04	<	3,73
Dimensão 5	3,84	>	3,41
Dimensão 6	3,52	<	3,59
Dimensão 7	3,36	<	3,98
Dimensão 8	2,80	<	3,68
Dimensão 9	3,36	<	3,56
Dimensão 10	3,64	<	3,80

Fonte: Elaborado pelo autor

No geral, percebe-se que as Universidades Privadas obtiveram melhor avaliação em quase todas as Dimensões Institucionais, sendo que das 10 (dez), apenas 2 (duas) foram melhores avaliadas nas Universidades Públicas (Dimensão 2 e Dimensão 5). Cabe salientar, também, que nas Universidades Privadas, a média de nenhuma dimensão institucional ficou abaixo do nível satisfatório de qualidade, ao passo que nas Universidades Públicas, 2 (duas) Dimensões Institucionais (Dimensão 1 e Dimensão 8) obtiveram média insatisfatória.

Em relação à **Dimensão 2**, que trata das **Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão**, as Universidades Públicas têm a tradição, no cenário da educação superior brasileira, de desenvolver essas políticas com melhor desempenho em relação as Privadas.

Em relação à **Dimensão 5**, que trata das **Políticas de Pessoal**, as Universidades Públicas possuem em seu quadro funcional servidores concursados, cujas relações de trabalho são regidas por legislação específica.

A **Dimensão 1 – Missão e PDI**, “identifica o projeto e/ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional da IES” (BRASIL, 2004b, p. 6). É crucial avaliar o que foi proposto por seus membros, por meio do PDI, comparando-se com o que foi realizado. Portanto, uma Universidade que não atinge o referencial mínimo de qualidade nessa Dimensão compromete todo o processo de avaliação institucional, pois, desconhece a sua própria vocação e finalidade. Dentre as Universidades analisadas neste estudo, houve o caso da UFV, que obteve conceito 1, ou seja, “muito aquém” do nível satisfatório de qualidade.

A **Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação**, especialmente dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional, considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo processo de gestão da educação superior. “Esta dimensão aposta no papel da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucionais” (BRASIL, 2004b, p. 7). O processo de avaliação institucional deve ter seu ápice na autoavaliação ou avaliação interna, o que implica salientar seu aspecto crítico-transformador, e não o tecno-burocrático. A preocupação com a clareza dos propósitos permite tornar o processo mais motivador do que ameaçador.

A **Dimensão 3**, que trata da **Responsabilidade Social**, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, foi a que obteve a maior média conceitual dentre todas as dimensões institucionais,

tanto nas Universidades Públicas como nas Universidades Privadas. Conforme a CONAES (BRASIL, 2004b, p. 6), “a responsabilidade social contempla o compromisso social da instituição enquanto portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independente da configuração jurídica da IES”.

Em relação à **Dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade**, espera-se que as IES apresentem formas de aproximação efetiva com a sociedade. As Universidades analisadas obtiveram média conceitual satisfatória nesta Dimensão. A expectativa é que as IES tenham uma Ouvidoria que funcione segundo padrões de qualidades claramente estabelecidos e disponha de pessoal e estrutura adequada, e os seus registros e observações sejam efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

A **Dimensão 6 – Gestão e Organização**, também obteve média conceitual satisfatória nas Universidades analisadas. Esta Dimensão contempla a forma de participação dos órgãos colegiados nas decisões institucionais, apostando nas escolhas democráticas e no respeito às diversidades.

A **Dimensão 7 – Infraestrutura Física**, apresentou média conceitual satisfatória tanto nas Universidades Públicas como nas Privadas. Essa dimensão é de extrema importância para o funcionamento de uma IES, sendo considerada atividade finalística, pois trata da iluminação, ventilação e conservação dos ambientes institucionais.

O que se espera da **Dimensão 9 – Políticas de Atendimento aos Estudantes**, é a integração dos estudantes à vida acadêmica e aos programas de assistência por meio dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes à qualidade da vida estudantil, bem como o incentivo aos alunos para participação de eventos e congressos científicos.

Em relação à **Dimensão 10**, que trata da **Sustentabilidade Financeira**, a média conceitual foi satisfatória nas Universidades Públicas e Privadas. Esta dimensão “avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas” (BRASIL, 2004b, p. 7).

4.2 Mérito e Valor do Processo de Avaliação Institucional do SINAES

Um dos objetivos deste estudo é julgar o mérito e o valor do Processo de Avaliação Institucional do SINAES, com base nos Padrões de Avaliação do *Joint Committee on Standard for Educational Evaluation*.

Entende-se que os padrões de utilidade estão mais relacionados com o julgamento do valor do objeto, justamente pelo fato deste atributo ter por objetivo a garantia do atendimento das necessidades de informação dos *stakeholders* (JCSEE, 2013). Para este estudo, o Processo de Avaliação Institucional do SINAES deve satisfazer as necessidades dos interessados quanto ao desempenho das IES em cada uma das Dimensões Institucionais bem como em seu conjunto, identificando aquelas dimensões em que não foram atingidos os níveis de qualidade almejados, a fim de solucionar os problemas encontrados.

Os padrões de viabilidade, por sua vez, estão mais relacionados com o julgamento do mérito do objeto, justamente pelo fato deste atributo ter por objetivo assegurar que a avaliação seja prudente, realista, diplomática e econômica (JCSEE, 2013). Para este estudo, o Processo de Avaliação Institucional do SINAES deve ser factível, atendendo aos requisitos necessários para a sua execução, construído e operacionalizado de forma democrática e participativa, garantindo a autonomia das IES e respeitando as diferenças e identidades institucionais.

Em geral, o processo é muito bem articulado, os objetivos, valores e princípios são explicitados, os instrumentos são construídos em perfeita sintonia com as dez Dimensões Institucionais analisadas, possibilitando uma coerência entre o processo interno e externo de

avaliação institucional. Portanto, considerando o mérito como a medida em que o objeto avaliado atende aos critérios pré-estabelecidos e o valor como a extensão em que o objeto avaliado satisfaz as necessidades dos interessados, acredita-se que o Processo de Avaliação Institucional do SINAES exhibe mérito e valor.

5 Considerações Finais

A meta-avaliação se caracteriza por ter a avaliação como objeto de interesse. É de natureza qualitativa e pretende estabelecer um julgamento de valor, a partir de critérios pré-definidos, com base em informações existentes ou construídas sobre uma determinada avaliação (em curso ou já realizada) para subsidiar eventuais tomadas de decisão. Assim, temos os componentes essenciais da avaliação – informação, estabelecimento de critérios, julgamento e tomada de decisão – aplicados sobre a própria avaliação.

Em relação à educação superior, a avaliação institucional é um instrumento imprescindível pois envolve a aferição da realidade e a revisão das políticas e práticas administrativas e pedagógicas. Além disso, revela a qualidade do desempenho institucional, com base em critérios, gerando insumos para os processos de tomada de decisão e implementação de resultados. Sendo assim, podemos revelar alguns propósitos da avaliação institucional:

- estabelecer mecanismos de controle das ações administrativas e acadêmicas, com base nos referenciais de qualidade almejados para a educação superior, visando o aperfeiçoamento e a melhoria do desempenho das instituições;
- fornecer informações à própria instituição, ao governo e à sociedade, que subsidiem a escolha na alocação de recursos humanos e financeiros, a formulação de políticas e a definição de prioridades, para o segmento da educação superior;
- institucionalizar um processo de sistemática reflexão e tomada de decisão com vistas à efetividade social de seu funcionamento, isto é, o cumprimento da missão científica e social da universidade.

Embora contínua e crescente, a inserção da meta-avaliação na agenda nacional da educação superior não é garantia de sua efetiva utilização nem de que venha, de fato, a qualificar o processo avaliativo. Tudo dependerá de como e sob quais paradigmas irão operar as categorias que se propõem a avaliar as avaliações. Por isso, quando se avalia a avaliação, deve-se considerar importantes aspectos ligados à democratização do processo avaliativo, como atores diretamente ou indiretamente afetados pelo programa e a efetividade do processo participativo. Assim, para que a avaliação seja, predominantemente, um meio de aperfeiçoamento das instituições, e não um fim em si mesma, o que a transformaria num instrumento demagógico, torna-se imperiosa a sensibilização e o comprometimento de todos os atores envolvidos no processo.

Acredita-se que o grande entrave para um maior desenvolvimento da avaliação institucional é o tratamento dos resultados do processo avaliativo, que deveriam subsidiar decisões que promovessem a melhoria das atividades institucionais. Há, também, certo receio na divulgação os resultados que não são satisfatórios, tanto pelos impactos que podem vir a resultar, como pela possibilidade de comparações em forma de *ranqueamento* com outras IES, desgastando bastante a imagem e as relações internas e externas da Instituição.

Outro ponto crucial na avaliação do processo avaliativo (meta-avaliação) decorre do universo de Instituições de Educação Superior, pela complexidade do seu campo, que abrange IES de diferentes naturezas administrativas e organizações acadêmicas. Essas IES são, inclusive, diferenciadas dentro de sua própria categoria, tendo em vista que atuam em realidades regionais e sociais específicas. Disso decorre, também, o dilema de configurar

indicadores padronizados para aferir realizações tão distintas, ao mesmo tempo em que se deve considerar as diferentes realidades e identidades institucionais.

A meta-avaliação apresentada nesta pesquisa foi de caráter externo; e, embora realizada dentro de uma concepção somativa (quando ocorre ao final do processo avaliativo), acredita-se que tenha contribuído significativamente com o Processo de Avaliação Institucional do SINAES, tendo em vista que possibilitou garantir a sua legitimidade e julgar o seu mérito e o seu valor.

5 Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARREYRO, Gladys Beatriz. Evaluación de la educación superior brasileña: el SINAES. **Revista de la Educación Superior**, México, v. 137, jan. /mar, 2006.
- BELLONI, I. A educação superior na nova LDB. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e da outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 abr. 2004a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: MEC, 2004b.
- BRASIL. Ministério da Educação. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Sistema Nacional de Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. Brasília: INEP, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **E-MEC**. 2014. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.
- CEA - COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO. **Sistema nacional de avaliação da educação superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília: INEP/MEC, 2003.
- COTERA, Aurora Trujillo; MATAMOROS, Ariana Acón. Propuesta para implementar la Metaevaluación en la Escuela de Ciencias de la Educación de la Universidad Estatal. **Revista Calidad en la Educación Superior**, Costa Rica, ed. III, v. II, n. 1, p. 247-265, nov. 2011.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformação da educação superior brasileira (1995-2009) do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>>.
- ELLIOT, Ligia Gomes. Meta-avaliação: das concepções as possibilidades de aplicação. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011.
- FREITAS, Iêda M. A. C; SILVEIRA, Amélia. **Avaliação da educação superior**. Florianópolis: Insular, 1997.
- GIMENES, Nelson A. S. Estudo meta-avaliativo do processo de autoavaliação em uma instituição de educação superior no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 37, maio/ago. 2007.
- JCSEE - JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **The program evaluation standards: how to assess evaluation of educational programs**. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.
- JCSEE - JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users: a guide for evaluators and evaluation users**. 3rd. ed. Thousands Oaks, CA: Sage, 2011.

JCSEE - JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **Program evaluation standards statements, 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.jcsee.org/program-evaluation-standards/program-evaluation-standards-statements>>.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PEIXOTO, Maria C. L. Avaliação institucional externa no SINAES: considerações sobre a prática recente. **Avaliação**, Campinas, v. 16 n. 1, p. 11-36, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n1/v16n1a02.pdf>>.

RISTOFF, Dilvo. **Construindo outra educação: tendências e desafios da educação brasileira**. Florianópolis: Insular, 2011.

SCRIVEN, M. **Evaluation thesaurus**. 4. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991. Disponível em: <http://books.google.co.nz/books/about/Evaluation_Thesaurus.html?id=koL0Fs_ZSvQC>.

SILVA, Assis L; GOMES, Alfredo M. Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão. **Avaliação**, Campinas, v. 16 n. 3, p.573-601, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a05.pdf>>.